

Regime Jurídico da Urbanização e de Edificação (RJUE) — (Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação atual);
Regulamento Geral das Edificações Urbanas (REGEU) — (Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de agosto de 1951, na redação atual);
Regime Jurídico de Segurança contra Incêndio em Edifícios — (Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro);
Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios — (Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro);

209406493

Aviso n.º 3223/2016

Por ter sido publicado com inexistência, considera-se anulado o aviso n.º 2832/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 44, de 3 de março de 2016.

3 de março de 2016. — O Secretário-geral dos Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública, *Superintendente-Chefe Jorge Filipe Guerreiro Cabrita*.

209406233

JUSTIÇA**Gabinete da Ministra****Despacho n.º 3580/2016**

Ao abrigo e nos termos do disposto na alínea *i*) do n.º 1 do artigo 25.º do Estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a última redação dada pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, a pedido da interessada, por meu despacho de 26 de fevereiro de 2016, determinei a cessação da comissão de serviço, com efeitos a 29 de fevereiro de 2016, da licenciada Albertina Maria Gomes Pedroso, Juíza Desembargadora, como Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P., cargo para o qual foi designada por Despacho n.º 389-C/2015, de 13 de janeiro de 2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 9, de 14 de janeiro de 2015.

3 de março de 2016. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

209407205

Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça**Despacho n.º 3581/2016**

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como adjunta para exercer funções no meu gabinete, a licenciada Ana Maria Vicente da Silva Horta, especialista superior da Polícia Judiciária.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos desde 2 de março de 2016.

1 de março de 2016. — A Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, *Helena Maria Mesquita Ribeiro*.

Nota curricular

Dados pessoais:

Ana Maria Vicente da Silva Horta
Data de nascimento: 12 de maio de 1973

Habilitações académicas:

Licenciatura em Gestão, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), da Universidade Técnica de Lisboa;

Pós-Graduação Avançada em Finanças e Gestão do Setor Público pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal (IDEFF), da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Conclusão da componente curricular do Mestrado em Administração Pública, especialização Justiça, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), da Universidade Técnica de Lisboa;

Frequência da Pós-Graduação “Métodos Analíticos Aplicados às Finanças Públicas”, 2014/2015, parceria entre a Direção-Geral do Or-

çamento (DGO), o Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), da Universidade de Lisboa, e o Instituto Superior de Estatísticas e Gestão de Informação (ISEGI), da Universidade Nova de Lisboa;

Frequência da Pós-Graduação “Prospetiva, Estratégia e Inovação”, 2015/2016, do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), da Universidade de Lisboa.

Formação profissional:

Curso FORGEP — Formação em Gestão Pública, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE);

Frequência de diversas ações de formação profissional e participação em seminários nas áreas da administração pública, gestão e finanças.

Percurso Profissional:

Outubro de 1991 — Exercício de funções na empresa FERNAVE — Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S. A., no Departamento de Programas Operacionais e no Departamento Financeiro;

Setembro de 1997 — Ingresso na Administração Pública, no Ministério da Justiça;

Setembro de 2000 — Desempenho de funções na Direção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ), na Divisão de Recursos Materiais; Ministério da Justiça Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça Praça do Comércio, 1149-019 Lisboa, Portugal

Junho de 2004 — Especialista Superior da Polícia Judiciária (PJ), tendo desempenhado funções no Departamento de Administração Financeira e Patrimonial;

Janeiro de 2008 — Em regime de requisição, desempenho de funções no Gabinete de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado, Parcerias Público-Privadas e Concessões, na Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTf);

Setembro de 2008 — Nomeada em regime de substituição, Chefe da Divisão de Gestão Patrimonial e Financeira do Instituto Camões, I. P. (IC, IP);

Agosto de 2010 — Nomeada em regime de substituição, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ);

Março de 2011 — Nomeada para assegurar, em regime de acumulação de funções, o cargo de Chefe da Divisão de Recursos Humanos com o cargo de Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ);

Dezembro de 2012 — Designada em regime de substituição, Diretora de Serviços de Gestão de Recursos da Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ);

Dezembro de 2013 — Designada em regime de substituição, Diretora do Departamento de Gestão Financeira do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P. (IGFEJ,IP);

Fevereiro de 2015 — Designada adjunta do Secretário de Estado da Justiça, no âmbito do XIX Governo Constitucional;

Novembro de 2015 — Designada adjunta da Secretária de Estado da Justiça, no âmbito do XX Governo Constitucional.

Outra Atividade Profissional Relevante:

Participação em diversos grupos de trabalho em matérias atinentes ao exercício das funções desempenhadas;

Membro do júri de diversos processos de aquisição de bens e serviços;

Membro do júri de diversos procedimentos concursais de recrutamento e seleção de pessoal;

Perita da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRoSAP), entre maio de 2012 e abril de 2015;

Vogal do Conselho Fiscal da Administração do Porto de Aveiro, S. A., entre abril de 2008 a março de 2015.

209407984

Polícia Judiciária**Despacho (extrato) n.º 3582/2016**

Por despachos de 01 de março de 2016 do Diretor Nacional da Polícia Judiciária, foram nomeadas, por um período de três anos, em comissão de serviço, nos seguintes cargos na Polícia Judiciária:

Fernanda Antonieta Gonçalves Martins Ferreira, especialista auxiliar, chefe de setor no Setor de Pessoal da Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas da Polícia Judiciária;

Licenciada Maria João Rodrigues da Silva de Jesus, especialista auxiliar, chefe de núcleo no Núcleo de Mobilidade e Proteção Social